RUMO À MULTIPOLARIDADE?
TENSÕES, ALIANÇAS E O LUGAR DO BRASIL NA ORDEM GLOBAL
7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação
Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)
06 de dezembro de 2024
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Área Temática: Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa

**GÊNERO, FEMINISMOS E 'SEGURANÇA ONTOLÓGICA': UMA REVISÃO
BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Helena Salim de Castro¹

Pesquisadora de Pós-Doutorado
no Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da
Universidade Federal do Paraná
(UFPR)

Porto Alegre/RS

2024

¹ Doutora e Mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: castrohelena281@gmail.com

Resumo:

Desde meados da década de 1990, tem ganhado destaque nas Relações Internacionais e, mais especificamente, nos estudos de Segurança Internacional o conceito de “segurança ontológica”. Desenvolvido primeiramente nas áreas de Psicologia e Sociologia, onde há um foco no nível dos indivíduos e da sociedade, o conceito remete a um sentido e entendimento consistentes de um “eu”, que é diferente de, mas reconhecido por, “outros”. Traz, assim, uma relação direta entre segurança e identidade; entre a percepção de ameaças e o senso de subjetividade e agência. Em consonância com os debates de perspectivas consideradas críticas, como é o caso das teorias feministas e/ou estudos de gênero, tal conceito lança luz sobre elementos intangíveis que atravessam as relações entre os atores e contribui para a análise sobre sentimentos, como a ansiedade e o medo, nas relações internacionais.

Diante da recente proliferação de pesquisas envolta da temática de “segurança ontológica”, o objetivo central neste artigo é mapear esse campo de estudos no que concerne o diálogo com os debates sobre gênero e/ou feminismos. Para isso, adotamos como metodologia a revisão bibliométrica, que, entre outras contribuições, permite traçar o perfil de um determinado campo de investigação por meio da sistematização e análise das produções. Nosso primeiro passo foi selecionar as 47 revistas classificadas com Qualis A1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de “Ciência Política e Relações Internacionais”, além de duas outras revistas renomadas na área de gênero e Relações Internacionais: a *International Feminist Journal of Politics* e a *Politics and Gender*. Posteriormente, utilizamos o software *Publish and Perish*, que permite realizar buscas específicas nas revistas, a fim de coletar os artigos que abordam aquelas intersecções. Para isso, indicamos o *International Standard Serial Number* (ISSN) das revistas e uma combinação de palavras-chaves: (“ontological security” AND gender) OR (“ontological security” AND feminism) e (“ontological insecurity” AND gender) OR (“ontological insecurity” AND feminism). Ao todo foram coletados 119 artigos.

Em seguida, fizemos, manualmente, uma nova busca pelas palavras-chave em cada um daqueles artigos, o que permitiu excluir as produções em que os termos apareciam apenas nas referências bibliográficas. Após a leitura do resumo dos 42 artigos filtrados, foram mantidos 17 para a análise final, a qual foi realizada com base em duas perguntas centrais: a) como o conceito de “segurança ontológica” é trabalhado nas perspectivas e estudos de gênero e/ou feministas? e b) quais as contribuições que o uso desse conceito traz para refletirmos sobre temáticas de gênero e/ou feminismos? Os resultados parciais indicam a existência de dois grupos principais de artigos. Em um deles estão as produções voltadas para analisar as experiências e percepções de segurança de sujeitos considerados feminizados. São artigos que, dentro de uma proposta dos estudos de gênero e feministas, usam o conceito de “segurança ontológica” para refletir sobre os corpos e as subjetividades considerados marginalizados. No segundo grupo estão os artigos que debatem as performances de segurança dos atores e burocracias estatais. A partir de uma lente de gênero, alguns autores analisam como a “segurança ontológica” é construída e/ou performada por meio de discursos e comportamentos generificados.

Palavras-chave: Segurança Ontológica. Gênero. Feminismo. Revisão Bibliométrica.

INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1990, tem ganhado destaque nas Relações Internacionais e, mais especificamente, nos estudos de Segurança Internacional o conceito de “segurança ontológica”. Sua origem pode ser encontrada em trabalhos da Psicologia e Sociologia, em que havia um foco no nível dos indivíduos e da sociedade. O conceito remete a um sentido e entendimento consistentes de um “eu”, que é diferente de, mas reconhecido por, “outros” (Zarakol, 2017). Para os autores pioneiros no desenvolvimento do conceito, R. D. Laing e Anthony Giddens, “a pessoa ontologicamente segura tem um sentido estável de ser, uma certa medida de confiança nas narrativas nas quais esse sentido de ser é estabelecido [e continuado], e a capacidade de aceitar essas narrativas como contingentes, até certo ponto.” (Rossdale, 2015, p. 372, tradução própria).

O conceito de “segurança ontológica” propõe, então, uma reflexão sobre a relação direta entre segurança e identidade; entre a percepção de ameaças e o senso de subjetividade e agência. Dentro dos estudos de Segurança Internacional, a “segurança ontológica” apareceu, inicialmente, nas análises sobre os Estados e as relações interestatais, propondo a mudança de um foco sobre a segurança física, ou o entendimento da “segurança como sobrevivência”, para a “segurança do ser”.

A segurança física não seria, portanto, o único tipo de segurança que os Estados procuram. Há a necessidade de segurança ontológica, que, por sua vez, demanda uma certa estabilidade e certeza, a respeito de quem os próprios atores são e as suas expectativas. Nesse sentido, a reflexão sobre rotina e ansiedade torna-se importante na análise da “segurança ontológica”. As situações de incerteza e a ansiedade com relação às dinâmicas e interações com outros atores, bem como com relação à própria identidade, memórias e traumas passados – quando analisados os indivíduos –, geram o que a literatura chama de “insegurança ontológica”.

Nos estudos críticos de segurança, as análises se deslocam do foco no Estado para trabalhar com o indivíduo enquanto objeto de referência da “(in)segurança ontológica”. Os autores observam como a construção e a performance de certas identidades dependem da construção (e, por vezes, a securitização) de outras identidades, consideradas antagônicas (Peoples; Vaughan-Williams, 2021).

Kinnvall (2015) analisou como o processo de construção de fronteiras, físicas e/ou imaginárias, estabelecem quem pertence ao “eu” e quem são os “outros”. Essas fronteiras de identidade, baseadas em noções generificadas de masculinidade, são desenhadas como “resposta a política de medo, insegurança e ameaça” (Kinnvall, 2015, p. 516, tradução própria). Elas dividem, de um lado, os grupos e indivíduos que estão incluídos no discurso de

proteção estatal e, do outro, aqueles excluídos e/ou considerados ameaça. Ocorre, portanto, um processo de alteridade e securitização de identidades.

Deslocar o conceito de segurança ontológica do nível estatal para o individual permitiria uma mudança do viés elitista (e estatista) dos estudos de segurança para “um engajamento com o terreno do ‘cotidiano’” (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 71, tradução própria). No entanto, muitas críticas ainda permanecem sobre a literatura dentro das Relações Internacionais, uma vez que os estudos sobre aquele conceito ainda mantêm um foco demasiado nos sujeitos do Norte Global e incorrem na essencialização do objeto de referência, o que levaria a formas de exclusão e violência (e securitização) no contexto de busca de segurança (Peoples; Vaughan-Williams, 2021).

Rossdale (2015), por exemplo, traz uma crítica ao conceito de “segurança ontológica” a partir de autoras como Judith Butler e Dora Haraway. O autor argumenta que há na literatura uma tendência de obscurecimento da “natureza fragmentada e múltipla” das narrativas e biografias do “eu”. Desse modo, ele traz a Teoria Queer para desenvolver uma reflexão alternativa sobre a subjetividade, debatendo o caráter fraturado, instável, incompleto e até fracassado de certas identidades/ontologias.

Diante das distintas perspectivas sobre aquele conceito e das contribuições que as análises críticas com viés de gênero aportam para essa área, o objetivo neste artigo é sistematizar e refletir sobre a literatura que trabalha com gênero, feminismos e “(in)segurança ontológica”. Essa revisão da literatura permitirá mapear os debates e as contribuições dos trabalhos e lançar luz para os pontos e as lacunas a serem desenvolvidos em pesquisas futuras. Nesse sentido, busca-se que essa revisão instigue novas ideias e abordagens dentro da literatura.

A partir da organização e leitura de artigos publicados nos períodos classificados com qualis A1 no Brasil, pretende-se responder a dois questionamentos: a) como o conceito de “segurança ontológica” é trabalhado nas perspectivas e estudos de gênero e/ou feministas? e b) quais as contribuições que tais perspectivas trazem para essa literatura?

O artigo está dividido em três seções, para além desta Introdução e das Considerações Finais. Inicia-se com uma apresentação dos métodos e da metodologia utilizados. Em seguida, há uma sistematização da bibliografia coletada e a análise do primeiro questionamento do artigo. Por último, analisa-se as interconexões entre os estudos de gênero e o debate sobre “(in)segurança ontológica”, com o objetivo de responder o segundo questionamento apresentado.

1. METODOLOGIA

A proposta neste artigo é mapear e analisar a literatura de Relações Internacionais que perpassa as discussões sobre “(in)segurança ontológica” e questões de gênero e/ou feminismos. Para isso, buscou-se desenvolver, inicialmente, uma revisão bibliométrica. Como explicam Zupic e Cater (2015, p. 430, tradução própria), os “métodos bibliométricos empregam uma abordagem quantitativa para a descrição, avaliação e monitoramento de pesquisas publicadas”. Esse tipo de revisão inicia-se com a definição de indicadores como, por exemplo, títulos, palavras-chave, idiomas, autores, citações, bibliografias, entre outros. A definição dos indicadores depende dos objetivos da pesquisa.

No geral, a revisão bibliométrica visa realizar uma análise de desempenho, que “busca avaliar o desempenho de pesquisa e publicação de indivíduos e instituições” e/ou um mapeamento científico, que “visa revelar a estrutura e a dinâmica dos campos científicos” (Zupic; Cater, 2015, p. 430, tradução própria). Conforme pontuam Chueke e Amatucci (2015, p. 1), os “estudos bibliométricos podem colaborar na tarefa de sistematizar as pesquisas realizadas num determinado campo de saber e endereçar problemas a serem investigados em pesquisas futuras.”. O mapeamento e a sistematização são objetivos alinhados com a proposta deste artigo.

No entanto, de acordo com os autores que trabalham com essa metodologia, ela deve ser aplicada para casos em que há um número alto de dados a serem analisados. Como será explanado a seguir, a coleta dos artigos teve como retorno um número considerado baixo para uma revisão bibliométrica. Desse modo, optou-se por mesclar esse método com a denominada metodologia de Revisão Integrativa da Literatura. De caráter qualitativo, essa revisão permite a sistematização e a reflexão crítica sobre os principais trabalhos relacionados a um tema específico. A partir do mapeamento do campo de estudos e a identificação de lacunas, a revisão integrativa tem como objetivo instigar novas agendas de pesquisa.

De acordo com Torracco (2005), três passos são essenciais para realizar uma revisão integrativa da literatura. O primeiro deles envolve as reflexões sobre o tipo de revisão que se pretende fazer, a justificativa para essa revisão e as contribuições para a área. No que concerne aos tipos de revisão, o autor explica que haveria dois: a revisão sobre um tópico já consolidado ou a revisão sobre um tema recente. Embora os estudos sobre “(in)segurança ontológica” não sejam novos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, sua entrada nas Relações Internacionais é mais recente. Desse modo, neste artigo desenvolve-se uma revisão integrativa sobre uma literatura relativamente nova e em desenvolvimento.

Esse aspecto está vinculado a uma das justificativas para a realização dessa revisão. Os debates sobre “(in)segurança ontológica” nas Relações Internacionais têm avançado na crítica sobre o conceito e na incorporação de outras perspectivas de análise, como aquelas vindas da Teoria Queer. Assim, considero importante mapear esses debates no que concerne os aportes dos estudos de gênero e feminismos. Outra justificativa refere-se à própria

expansão das perspectivas de gênero e/ou feministas na área de Relações Internacionais. Embora haja um aumento significativo de trabalhos com essas abordagens (Sanchez; Di Giorgio; Jacques, 2024), muitas das investigações ficam marginalizadas ou escanteadas com relação aos grandes debates. Ainda há um errôneo entendimento de que tais trabalhos são pesquisas restritas à situação das mulheres. Assim, é fundamental destacar as contribuições das perspectivas de gênero e feministas que enriquecem as reflexões sobre conceitos da área, incluindo o de “(in)segurança ontológica” - contribuições estas que serão exploradas ao longo deste artigo.

O segundo passo, de acordo com Torracco (2005), é a organização. A princípio, é necessário identificar o que norteará e estruturará a revisão. No caso deste artigo, busca-se fazer uma análise a partir dos questionamentos apresentados na Introdução. Desse modo, tanto a organização do artigo quanto o fio condutor da reflexão sobre a literatura estão baseados nas perguntas: a) como o conceito de “segurança ontológica” é trabalhado nos artigos? e b) quais as contribuições que as perspectivas e os debates de gênero e/ou feminismos trazem para essa literatura?

Em seguida, é importante esclarecer quais foram os métodos utilizados para coletar e organizar a literatura. Nesta pesquisa, optou-se por analisar os artigos publicados nos periódicos acadêmicos classificados com Qualis A1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Ademais, foram incluídos dois outros periódicos que possuem destaque no campo dos estudos de gênero nas Relações Internacionais: o *International Feminist Journal of Politics* e o *Politics and Gender*. Com essa seleção, é possível analisar uma produção acadêmica de alta qualidade e conhecer o que tem sido produzido mais recentemente na área.

Ao todo foram selecionados 47 periódicos acadêmicos, os quais adotam rígidos critérios de avaliação para publicação dos artigos. Para a coleta das produções em cada um deles, utilizou-se o software *Publish and Perish*, que permite realizar buscas específicas a partir da indicação do *International Standard Serial Number* (ISSN) e de uma combinação de palavras-chaves. Considerando o objetivo deste artigo, as combinações foram:

- (“ontological security” AND gender) OR (“ontological security” AND feminism)
- (“ontological insecurity” AND gender) OR (“ontological insecurity” AND feminism)

Com a utilização do software, foram coletados 119 artigos. Em seguida, a fim de realizar uma investigação acurada, realizou-se um trabalho manual de busca das palavras-chave naquela amostra. Esse trabalho permitiu excluir os artigos em que os termos apareciam apenas nas referências bibliográficas. Depois, houve a leitura dos resumos dos 42 artigos selecionados, identificando os objetivos dos trabalhos e a sua relação com a proposta dessa

pesquisa. Ao final, restaram 17 artigos, que foram lidos na íntegra e compõem o corpus da análise.

O terceiro e último passo indicado por Torracco (2005) é a escrita da revisão em si. Nos dois tópicos seguintes procedeu-se com esse trabalho a fim de mapear e refletir sobre a literatura coletada. Ademais, espera-se que essa revisão integrativa da literatura de Relações Internacionais contribua para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre “(in)segurança ontológica” a partir de perspectivas de gênero e/ou feministas.

2. SISTEMATIZAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA

O objetivo nesta sessão é apresentar os principais aspectos e as características dos 14 artigos coletados. Primeiramente, há uma análise descritiva dessas publicações. Em seguida, examina-se como o conceito de “(in)segurança ontológica” foi trabalhado pelos/as autores/as. Para isso, três aspectos foram observados em cada um deles: i) a centralidade do conceito na análise; ii) se a proposta foi uma análise empírica ou um debate teórico-conceitual; e iii) se há e qual a definição do conceito apresentada.

Inicialmente, cabe mencionar que os artigos aqui analisados foram publicados em apenas dez periódicos dos 47 consultados. Aqueles com o maior número de artigos (quatro em cada) foram o “Cooperation and Conflict” e o “Security Dialogue”. Especulativamente, dois motivos podem ser apontados para esse baixo número de periódicos de Qualis A1 com publicações sobre “(in)segurança ontológica” a partir de perspectivas de gênero e/ou feminismos. O primeiro motivo é que o conceito ainda não foi amplamente incorporado na literatura e nas análises de Relações Internacionais. O segundo é que as pesquisas sobre gênero e feminismos, especialmente aquelas que dialogam com conceitos, ainda enfrentam barreiras de publicação em revistas tradicionais da área de Relações Internacionais.

No quadro abaixo estão listados todos os artigos que foram objeto de análise, com as suas respectivas datas de publicação, autorias e os periódicos nos quais foram publicados:

Quadro 1. Artigos analisados

	TÍTULO DO ARTIGO	DATA	AUTORIA	PERIÓDICO
1	“Feeling ontologically (in)secure: States, traumas and the governing of gendered space”	2017	Catarina Kinnvall	Cooperation and Conflict
2	“Paradoxes of (In)Equality: Something is Rotten in the Gender Equal State of Sweden”	2002	Ann Towns	
3	“Post-colonial gaslighting and Greenlandic independence: When ontological insecurity sustains hierarchy”	2023	Emil Sondaj Hansen	

4	“Weak, immoral, naïve: Gendered representations of neutrality and the emotional politics of peace and security”	2024	Christine Agius	
5	“Proud fathers and fossil fuels: gendered identities and climate obstruction”	2023	A Letourneau, D. Davidson, C. Karsgaard & D. Ivanova	Environmental Politics
6	“The politics of hope: privilege, despair and political theology”	2020	Caron E. Gentry	International Affairs
7	“Toward a Vernacular Security Studies: Origins, Interlocutors, Contributions, and Challenges”	2019	Lee Jarvis	International Studies Review
8	“The Management of Time and Waiting by Unaccompanied Asylum-Seeking Girls in Finland”	2017	Ravi K. S. Kohli & Mervi Kaukko	Journal of Refugee Studies
9	“The Gendered Discourses of Illiberal Demographic Policy in Poland and in Russia”	2022	Barbara Gaweda	Politics and Governance
10	Making amends: Towards an antiracist critical security studies and international relations	2021	Navnita C Behera; Kristina Hinds; Arlene B Tickner	Security Dialogue
11	“Performing security absent the state: Encounters with a failed asylum seeker in the UK”	2014	Alexandria J Innes	
12	“The plural of soldier is not troops: The politics of groups in legitimating militaristic violence”	2019	Katharine M Millar	
13	“Security, sexuality, and the Gay Clown Putin meme: Queer theory and international responses to Russian”	2022	Dean Cooper-Cunningham	
14	Embodied Heterosexual Masculinities, Part 1: Confluent Intimacies, Emotions and Health	2012	Lee F. Monaghan & Steve Robertson	Sociology Compass
15	“Why is the zombie apocalypse so terrible for women? Gender, militarism, and ontological insecurity at the end of the world”	2023	Megan A. Armstrong	International Feminist Journal of Politics
16	“Should International Relations Consider Rape a Weapon of War?”	2010	K. R. Carter	Politics and Gender
17	“Masculinity and Sexuality in Populist Radical Right Leadership”	2023	Nik Linders, Stefan Dudink & Niels Spierings	

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode-se observar no quadro acima, com exceção do segundo artigo listado, todos foram publicados a partir da segunda década dos anos 2000. Esse aspecto reforça o argumento anterior de que o debate sobre “(in)segurança ontológica” é recente na área de

Relações Internacionais, particularmente quando consideramos a intersecção com as perspectivas de gênero e/ou feministas. Assim, essa revisão tem o potencial de impulsionar novas pesquisas sobre essa temática.

Encaminhando para o primeiro questionamento de como o conceito de “(in)segurança ontológica” é trabalhado nos artigos, observa-se, inicialmente, qual a centralidade do conceito para os autores e se a proposta é de uma análise empírica ou de um debate teórico-conceitual (pontos i e ii). Dentre os 17 artigos analisados, em apenas quatro (4) deles há uma reflexão específica sobre “(in)segurança ontológica” e/ou um foco no conceito. Um dos casos é a publicação de Kinnvall (2017). Utilizando o contexto indiano como exemplo, a autora fez uma reflexão teórica sobre a literatura de (in)segurança ontológica. Focando na dimensão emocional do conceito, Kinnvall (2017) investigou como as narrativas de traumas cotidianos constroem “espaços generificados”, em que há um estado contínuo de insegurança ontológica, o qual, por sua vez, impulsiona certos processos de governança.

O conceito também é central no trabalho de Towns (2002), que teve como objetivo expandir o debate sobre “segurança ontológica” a partir de uma perspectiva construtivista e atenta à instrumentalização de discursos de “igualdade de gênero”. Para essa reflexão teórico-conceitual, a autora investigou o contexto sueco. Também no artigo de Hansen (2023) a ideia e o conceito de (in)segurança ontológica também centrais. A partir de uma perspectiva pós-colonial, a autora analisou a relação entre o uso de estratégias de manipulação em discursos políticos e a insegurança ontológica.

O caso analisado por Hansen (2023) foi o da relação hierárquica entre a Groelândia e a Dinamarca. Para além da aplicação do conceito de “(in)segurança ontológica” em uma análise empírica, a autora trouxe uma contribuição teórica para a literatura, ao dialogar com uma perspectiva pós-colonial. O último artigo no qual o conceito de “(in)segurança ontológica” é central é o de Armstrong (2023). Publicado na *International Feminist Journal of Politics*, o trabalho da autora analisa o filme “Guerra Z” por meio daquele conceito. Segundo Armstrong (2023), há, no filme, conexões entre militarismo, gênero e insegurança ontológica.

De modo geral, esses quatro trabalhos articulam o conceito de “(in)segurança ontológica” para analisar determinados casos e contextos sócio-políticos. Em todos os trabalhos também há uma reflexão sobre como expandir os debates teórico-conceituais a partir de outras perspectivas ou enfoques. Nos demais artigos, embora a “(in)segurança ontológica” não seja central na análise, os autores e as autoras utilizam e debatem aspectos presentes na literatura, como é o caso dos conceitos de ansiedade e rotina.

As únicas exceções são os artigos de Jarvis (2019), de Behera, Hinds e Tickner (2021) e de Millar (2019). No primeiro deles, o propósito do autor foi apresentar os chamados estudos de segurança vernaculares (aqueles que focam no papel da linguagem). Segundo Jarvis (2019), a literatura de “segurança ontológica” faz parte desses estudos. O artigo de Behera,

Hinds e Tickner (2021) tem um caráter introdutório a um fórum de debate. A menção ao conceito de “segurança ontológica” aparece quando as autoras citam um outro trabalho que traz uma reflexão sobre pertencimento e subjetividades racializadas. Já Millar (2019) apenas menciona a ideia de “segurança ontológica” - sem apresentar uma definição - ao analisar a existência de uma narrativa estatal que separa a imagem das “tropas” (enquanto um coletivo) daquela do “soldado universal”, o que impede que as mortes de indivíduos, em contextos de guerra, prejudiquem a segurança ontológica do sistema político.

Com um trabalho sobre os elementos que influenciam na adoção de uma posição de neutralidade nas guerras, Agius (2024) discutiu sobre medos, ansiedades e incertezas. A autora menciona a existência de uma literatura sobre “(in)segurança ontológica” acerca desse tema. No entanto, em sua reflexão sobre o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, ela se restringe a debater como aquelas emoções, atravessadas por elementos de gênero, constroem entendimentos sobre segurança e paz (Agius, 2024). Também trabalhando com “emoções”, Gentry (2020) propôs uma reflexão teórica sobre a importância do amor e da esperança enquanto formas de resistência ativa às situações de incerteza. Embora não debata o conceito de “segurança ontológica”, a autora discute sobre a relação entre vulnerabilidade e ansiedades existenciais (Gentry, 2020).

Ainda nessa linha de artigos que versam sobre emoções, Kohli e Kaukko (2017) falam de esperança e ansiedade na vida de meninas que aguardam pedidos de asilo. Analisando o caso específico da Finlândia, os autores trabalham a importância das rotinas e do estabelecimento de conexões para o exercício de uma resistência na espera. De forma similar, Innes (2014) aproxima-se de uma literatura de “segurança ontológica” que trabalha com narrativas de identidade autobiográfica. No entanto, em sua análise sobre o caso de um homem requerente de asilo no Reino Unido, a autora propõe uma contribuição teórica alinhada aos estudos da Escola de Copenhague.

No artigo de Cunningham (2022), o conceito de “(in)segurança ontológica” aparece quando o autor faz menção a outros trabalhos. A proposta do artigo foi debater três interpretações existentes sobre o caso do meme que ficou conhecido como “Gay Clown Putin”, na Europa ocidental. Uma das abordagens analisadas é aquela que reflete sobre “(in)segurança ontológica” para compreender o funcionamento político do meme. De acordo com a literatura, a criação de memes, como foi o caso do “Gay Clown Putin”, redesenha as linhas que determinam os tipos de subjetividade e os lugares das pessoas em uma comunidade, gerando uma situação de insegurança ontológica para o Estado (Cunningham, 2022).

Segundo Cunningham (2022), essa literatura de “segurança ontológica”, que versa sobre o meme, trabalha com discussões sobre pertencimento e identidades; elementos que também estão presentes em outros artigos analisados. É o caso daquele publicado por

Letourneau (et. al, 2023), que, a partir de uma perspectiva de gênero, analisou os posicionamentos sobre mudanças climáticas de homens trabalhadores da área de combustíveis fósseis do Canadá. Trabalhando com o conceito de “insegurança ontológica” de Giddens, os autores debateram como as políticas climáticas são apresentadas por esses trabalhadores como uma ameaça às suas identidades masculinas (Letourneau et al, 2023).

Com um estudo de caso sobre discursos de gênero na Polônia e na Rússia, Gaweda (2022) debateu a busca por uma segurança da identidade nacional em ambos os países. Segundo a autora, sentimentos de medo e ansiedade foram construídos e fortalecidos por meio de narrativas generificadas acerca das ameaças que mudanças no padrão familiar e nos dados demográficos representavam sobre os valores e a identidade das nações. Assim, os discursos, analisados pela autora, indicam que os atores políticos tinham o objetivo de separar e proteger os mitos nacionalistas das ameaças que viriam do mundo liberal – o que poderia ser entendido como uma busca por “segurança ontológica” (Gaweda, 2022).

Também analisando discursos políticos, Linders, Dudink e Spierings (2023) observaram o uso de ideias e estereótipos sobre masculinidades e sexualidade nas falas de três lideranças de um partido político holandês. Embora mencionem que o conceito de “insegurança ontológica” aparece em outros trabalhos sobre o mesmo objeto, os autores não propõem uma reflexão a partir desse conceito. No entanto, consideram que os aspectos de gênero dos discursos analisados tinham como objetivo diferenciar o “eu” dos “outros”. De um lado, as narrativas buscavam construir uma imagem masculina de seus locutores e, de outro, promoviam a feminização de seus opositores (Linders, Dudink & Spierings, 2023).

O último artigo que trabalha com uma discussão sobre identidades é o de Carter (2010). Com uma proposta de debate teórico-conceitual, a autora argumenta sobre a necessidade de analisar o estupro como “arma de guerra”. O conceito de “(in)segurança ontológica” aparece brevemente no artigo, quando a autora considera que uma pesquisa psicológica poderia analisar o impacto do estupro sistemático na segurança ontológica de indivíduos e Estados. No artigo, há uma reflexão, ainda que incipiente, sobre situação de incertezas e inseguranças decorrentes do caso de haver crianças que não se encaixam na identidade nacional, uma vez que são frutos de estupros cometidos por homens de nacionalidade distinta da vítima (Carter, 2010).

Com relação ao terceiro ponto observado, é possível afirmar que a maioria dos artigos coletados não traz uma definição do conceito de “(in)segurança ontológica”. Porém, eles citam, como referência conceitual, vários autores. Entre os principais nomes citados estão Laing (1960) e Giddens (1991; 1999), pioneiros no debate sobre “(in)segurança ontológica”; Campbell (1998), um dos primeiros autores a abordar a ideia e o conceito de segurança ontológica nas Relações Internacionais e Mitzen (2006) e Steele (2008), os quais trazem uma interpretação focada nas relações interestatais.

Além disso, chama a atenção o diálogo com autores que adotam uma perspectiva mais críticas, seja por trazerem um foco maior nos indivíduos (Chernobrov, 2016) ou proporem reflexões sobre sexualidade (Rosssdale, 2015) e gênero (Kinnvall, 2015; Agius, Rosamond & Kinnvall, 2020). Cabe ressaltar que os trabalhos de Catarina Kinnvall são citados com frequência naqueles artigos que apresentam uma perspectiva crítica e de gênero no debate sobre segurança, identidade e emoções. A autora figura como um dos principais nomes nesse debate e esforço de expansão da literatura.

3. AS INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E “SEGURANÇA ONTOLÓGICA”

O objetivo nesta seção é apresentar e refletir acerca das contribuições que as perspectivas e os estudos de gênero e/ou feminismos aportam na literatura sobre “(in)segurança ontológica”. Antes de analisar os artigos coletados, é importante compreender como tais perspectivas têm provocado e ampliado os Estudos de Segurança Internacional de modo mais geral.

Nas Relações Internacionais, o feminismo surge com o propósito de olhar as experiências das mulheres, bem como considerar o gênero como chave analítica dos fenômenos do sistema internacional. De modo geral, as pesquisas feministas e os estudos de gênero propõem três principais agendas de pesquisa: a) questionar o papel ocupado pelas mulheres na política internacional; b) analisar como as ideias sobre masculinidades e feminilidades permeiam as relações internacionais; e c) refletir sobre a construção generificada do conhecimento, do poder e de conceitos base da disciplina (Estado, Guerra, Paz, Segurança etc.).

No que concerne à segurança (internacional), tanto como um conceito quanto um fenômeno, algumas teóricas propõem a utilização de lentes de gênero para analisar as dinâmicas, os atores e as políticas de segurança. Por meio dessas lentes, é possível revelar as operações de poder generificadas que são frequentemente escondidas ou tomadas como dadas.

As teorias feministas propõem uma análise “de baixo para cima”, que investigue, por exemplo, o impacto das guerras e dos conflitos na vida dos indivíduos (em especial as mulheres e/ou sujeitos feminizados), a participação de mulheres nesses cenários tidos como masculinos e questionam a própria ação e os discursos dos Estados de que as guerras e/ou as políticas de segurança são conduzidas para proteger ou salvar as mulheres. Ademais, para as teóricas, as ameaças à segurança não incluem apenas a guerra e a violência internacional, mas, também, a violência doméstica, estupro, pobreza, subordinação de gênero e destruição ecológica (Sjoberg, 2010).

Nas teorias feministas há, ademais, uma crítica ao caráter estatal do conceito de segurança. Nas análises tradicionais da área, o Estado é tido como o garantidor natural da segurança. Essa percepção, de acordo com as teóricas dos estudos de gênero, é construída a partir de certos estereótipos sobre masculinidades e feminilidades. Embora a experiência de gênero varie entre as pessoas, devido aos marcadores sociais, raciais, étnicos, sexuais, entre outros, em muitas sociedades, as características atribuídas à feminilidade (fraqueza, emoção, sensibilidade etc.) são depreciadas em relação àquelas relacionadas à masculinidade (força, racionalidade, virilidade etc.) (Sjoberg; Via, 2010).

A dicotomia feminino/masculino reforça, por sua vez, a noção de que as guerras são realizadas pelos homens (o “soldado herói”) para proteger as mulheres (indefesas), contra um certo inimigo ou ameaça (o masculino marginalizado). Essa construção generificada dos papéis sociais justifica o uso da violência nos combates (Tickner, 2001). É o que a literatura feminista denomina como o “mito do Estado protetor” (Wilcox, 2009; Peterson, 2010; Sjoberg, 2010).

A construção do Estado protetor, que tem características masculinas, depende da construção de um sujeito a ser protegido, seja a Nação ou grupos sociais que são caracterizados como femininos (Tickner, 2001). Há, assim, uma lógica paternalista e protecionista da ação militar, a qual garante que estratégias ofensivas e violentas pareçam necessárias e defensivas para as pessoas (Wilcox, 2009). A teoria feminista chama atenção, portanto, para a tendência nas políticas de segurança de exaltar e valorizar ações repressivas, que são entendidas pelos governantes como mais efetivas, pois, elas contêm elementos masculinos como racionalidade, força e virilidade. Entretanto, quando os governos usam essa lógica, que ajuda a justificar o uso da violência para proteger as pessoas, eles promovem a insegurança em certos setores da sociedade.

Para além dessas reflexões, autoras e autores dessa área têm buscado afastar-se de uma ideia de que falar de gênero é falar apenas de mulheres. O objetivo é investigar sobre as masculinidades², refletindo sobre conceitos como masculinidade hegemônica³ (Connell; Messerschmidt, 2005) e masculinidade militarizada (Theidon, 2009). Ademais, a emergência dos estudos Queer, nas Relações Internacionais, tem lançado luz sobre a realidade dos corpos tradicionalmente excluídos da vida política e/ou considerados abjetos, bem como, tem ampliado o debate sobre sexualidade nas análises de segurança internacional (Weber, 2015).

² A masculinidade, como pontuam Connell e Messerschmidt (2005: 836, tradução nossa), “não é uma identidade fixa”, mas “configurações de práticas que se realizam na ação social e, portanto, podem diferir de acordo com as relações de gênero em um determinado contexto social”.

³ A masculinidade hegemônica é aquela capaz de solucionar as tensões nas relações de gênero, “tendendo a estabilizar o poder patriarcal ou reconstituí-lo em novas condições”. Quando transformada as condições que possibilitam a sua hegemonia, essa masculinidade vai ser contestada e desafiada (Connell & Messerschmidt, 2005).

Dentre os 17 artigos analisados, há vários que propõem um tensionamento da literatura de “(in)segurança ontológica” a partir de epistemologias e perspectivas de gênero. O primeiro artigo da lista é o da pesquisadora Catarina Kinnvall (2017). Segundo a autora, a literatura sobre segurança ontológica tende, no geral, a desconsiderar a dimensão de gênero presente nas narrativas. Para romper com isso, Kinnvall (2017) traz a ideia de “espaços generificados”. O termo lança luz para as normas de gênero que estruturam os locais e espaços sociais, o que permite observar como as hierarquias de feminilidades e masculinidades e as narrativas hegemônicas atravessam e constituem as normas e rotinas.

Nesse artigo, Kinnvall (2017) também propõe uma análise dos traumas como fenômenos do cotidiano, não como eventos excepcionais. Certos traumas são inerentes dos espaços generificados, como são os casos de violência de gênero. Esse tipo de violência é visto, em alguns locais, como parte uma determinada ordem, de uma situação de insegurança ontológica que faz parte de estruturas de poder desiguais e patriarcais (Kinnvall, 2017). Ao trazer a dimensão de gênero para a análise, a autora lança luz para o cotidiano de violências que certos corpos vivenciam e como as narrativas de “(in)segurança ontológica” são atravessadas por, bem como constituem, hierarquias de poder, que mantêm e justificam uma determinada ordem social.

Outro artigo que traz uma contribuição para pensarmos sobre “segurança ontológica” a partir dos feminismos é o da pesquisadora da área Caron Gentry (2020). A autora propõe uma análise feminista pós-estruturalista e a partir de um realismo cristão feminista para pensar o potencial de transformação de emoções como o amor e a esperança, no que se refere às situações de incertezas e ansiedades. Gentry (2020) critica o que considera um foco demasiado das epistemologias masculinistas nas ansiedades e, conseqüentemente, na tendência de uma busca por poder para combater as situações de incertezas.

Também trabalhando desde uma epistemologia feminista, Innes (2014) considera a segurança como um conceito performativo, dependente da prática e do significado de cada indivíduo. A autora analisa que, diante de uma situação em que o Estado não atende às necessidades de segurança dos sujeitos, ou mesmo quando promove exclusões e insegurança, os indivíduos (re)constroem um significado próprio acerca desse conceito. De maneira semelhante, Christine Agius afirma, em seu artigo publicado em 2024, que os estudos feministas lançam luz para formas alternativas de paz, diferentemente das perspectivas masculinizadas que permeiam nossos entendimentos sobre segurança. Os artigos dessas três autoras (Gentry, 2020; Innes, 2014; Agius, 2024) reforçam, cada um da sua maneira, como as pesquisas que partem de um pensamento feminista expandem os debates de segurança e propõem políticas e formas alternativas para lidar com as situações de incerteza e vulnerabilidade.

Na maioria dos artigos analisados, os autores e as autoras abordaram como os estereótipos de gênero e sexualidade foram instrumentalizados em discursos políticos e em processos de construção identitária. Towns (2002), por exemplo, observou como o discurso de igualdade de gênero foi utilizado na Suécia para categorizar grupos sociais e indivíduos dentro das fronteiras estatais. Essa análise mostra como certas pautas sociais podem ser instrumentalizadas dentro de uma narrativa de busca da segurança ontológica, o que nos impele a questionar a quem e quais projetos esses movimentos interessam.

Por meio de uma análise generificada, Gaweda (2022) demonstrou como os estereótipos e binarismos de gênero são instrumentalizados em discursos políticos para diferenciar o “eu” do “outro”. Os elementos ligados à feminilidade são utilizados para caracterizar e depreciar aqueles considerados diferentes. O trabalho da autora ressalta que o medo da efeminação (tornar-se feminino ou com características ligadas à feminilidade) gera ansiedades de gênero que, por sua vez, podem legitimar certas políticas de segurança (Gaweda, 2022). Também atenta ao processo de legitimação e justificava de certas políticas e/ou ações, Armstrong (2023) observou como as dicotomias de gênero ajudam a construir um discurso de insegurança ontológica que demanda a militarização das políticas securitárias.

Em ambos os artigos, é possível identificar uma reflexão sobre o “mito do Estado protetor”. Armstrong (2023), por exemplo, demonstrou como, na obra cinematográfica analisada, alguns personagens são construídos de forma a performarem uma masculinidade protetora, em que o uso da força é o elemento mais visível. Além disso, as narrativas presentes na história reforçam a ideia de que a segurança só foi alcançada em uma situação em que os binarismos e papéis de gênero foram restabelecidos. A garantia da segurança estava conectada com o retorno a uma ordem patriarcal (Armstrong, 2023).

Nessa mesma linha da análise de Gaweda (2022), há o artigo de Hansen (2023), que, embora não tenha trabalhado especificamente com uma teoria feminista, observou como alguns políticos dinamarqueses utilizavam de termos e preconceitos de gênero para desacreditar as falas e os posicionamentos de mulheres. O autor trabalha com a ideia de “estratégias de manipulação pós-coloniais”, que, construídas por estereótipos de gênero e raça, visam afetar o senso de segurança dos agentes (Hansen, 2023).

Quatro dos artigos coletados abordam o debate sobre masculinidades, reforçando que uma análise de gênero não se limita à análise das mulheres. Entre eles, o estudo de Letorneau, Davidson e Ivanova (2023) oferece uma importante contribuição ao examinar como alguns homens respondem a situações de insegurança. Os autores discutem a interseção entre políticas internacionais, relacionadas às mudanças climáticas, e as percepções individuais de segurança. Além disso, o artigo nos desafia a construir novas narrativas sobre as mudanças e transformações sociopolíticas, superando dicotomias de gênero e, em particular, as normas de masculinidades tóxicas (Letorneau, Davidson &

Ivanova, 2023). Outro artigo nessa linha é o de Linders, Dudink e Spiering (2023). Analisando a presença de estereótipos sobre masculinidades e sexualidades em discursos políticos, os autores observam como esses elementos, junto com aspectos étnicos e raciais, estão vinculados no imaginário social com uma certa ordem de gênero, na qual a identidade e o senso de coesão da Nação estão baseados.

Em seu artigo, Carter (2010) levanta um questionamento sobre como certas violências contra homens, como é o caso do estupro, geram uma destruição não só física, mas identitária. Esse tipo de violação destrói as identidades de gênero masculina, uma vez que associa os corpos desses indivíduos com o feminino (Carter, 2010). Por fim, Monaghan e Robertson (2012), em uma análise sociológica, trabalham com um pensamento crítico feminista e a teoria queer para investigar como as emoções e as relações íntimas impactam na saúde e “segurança ontológica” de homens heterossexuais.

Trabalhando mais diretamente com uma perspectiva dos estudos queer, destaca-se o artigo de Cooper-Cunningham (2022), publicado no periódico *Security Dialogue*. Embora o autor não analise o conceito de “(in)segurança ontológica”, ele mostra como uma pesquisa queer rompe com os conceitos e as políticas de segurança, de um modo geral. Segundo o Cooper-Cunningham, nos estudos queer, celebra-se a diferença e o rompimento das normas. Com isso, lança-se luz sobre os corpos e comportamentos considerados abjetos, ou seja, aqueles que estão fora ou não se conformam com as identidades, as normas e os padrões impostos. As manifestações queer demonstram “como poucas pessoas se alinham perfeitamente com as normas de sexo e gênero socialmente impostas que nos governam, destacando como todo moralismo sobre sexualidade é, em última análise, arbitrário, mas infundido de poder” (Cooper-Cunningham, 2022, p. 317, tradução própria).

Assim, pode-se observar que uma análise queer é, por si só, uma ruptura da ideia e do conceito de “segurança ontológica”. Enquanto esse conceito pressupõe a necessidade de uma certa estabilidade e clareza quanto à ontologia dos atores e agentes para minimizar incertezas e ansiedades, os estudos queer revelam o potencial disruptivo das ações e subjetividades que desafiam as hierarquias e dicotomias de gênero e sexualidade. Essa abordagem não é apenas teórica, mas também uma prática política que rejeita divisões rígidas e evidencia a impossibilidade de categorizar comportamentos e corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a literatura de Relações Internacionais sobre “(in)segurança ontológica”, particularmente os trabalhos que adotam perspectivas de gênero e/ou feministas. Para isso, foram mapeados e analisados 17 artigos publicados em periódicos da área de Ciência Política e Relações Internacionais qualificados como A1 pela Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A revisão foi realizada a partir de dois questionamentos centrais: a) como o conceito de “segurança ontológica” é trabalhado nos artigos? e b) quais as contribuições que as perspectivas e os debates de gênero e/ou feminismos trazem para essa literatura?

No que concerne ao primeiro questionamento, verificou-se que foram poucos os trabalhos que tiveram como objetivo um debate sobre o conceito, de modo a tensionar ou coadunar com as definições existentes. No entanto, observou-se que vários autores analisaram aspectos e ideias que estão presentes na literatura de “(in)segurança ontológica”. Enquanto em alguns artigos foi realizada uma análise sobre o papel das emoções nos contextos e políticas de segurança, em outros houve um foco no debate sobre a construção de narrativas identitárias.

Além disso, é interessante notar que, embora muitos autores tenham adotado as definições estabelecidas por Laing e Giddens, pioneiros no debate, ou, ainda, tenham trabalhado a partir de concepções de teóricos que abordam as relações estatais (Mitzen, 2006), observa-se que uma tendência de deslocamento das análises para as dimensões locais e/ou individuais. Como mencionado na introdução, esse movimento de deslocar a análise do nível estatal para o individual já tinha sido notada em trabalhos anteriores (Peoples; Vaughan-Williams, 2021).

Do mesmo modo, pôde-se observar que os trabalhos ainda incorrem em análises passíveis de críticas. Vemos que ainda há uma predominância de análises atentas para a realidade do Norte Global. Com exceção do artigo de Kinnvall (2017), que abordou o contexto indiano, todos os demais artigos, que trazem uma análise empírica, tiveram como objeto de reflexão as dinâmicas do hemisfério norte. Isso pode ser devido ao fato de que a maioria dos periódicos qualificados como A1 são dessa região do mundo.

No que concerne o segundo questionamento, foi possível constatar que, ao adotar perspectivas de gênero e/ou feministas, os autores e as autoras tensionam pontos importantes da literatura de segurança internacional. Nas publicações analisadas, há uma preocupação em investigar os elementos de gênero presentes nos processos de construção de narrativas e discursos políticos, os quais legitimam determinadas políticas securitárias. Alguns trabalhos também trazem aquelas perspectivas para pensar alternativas para lidar com questões de segurança.

Não obstante as importantes contribuições dessas pesquisas, compreende-se que, na maioria dos artigos analisados, ainda há uma essencialização do objeto de referência da “segurança ontológica”. Conseqüentemente, não há uma problematização de como os discursos e as políticas demandantes da “segurança do ser” acabam por securitizar subjetividades e identidades que não se encaixam em definições ontológicas claras. Com

exceção do artigo de Cooper-Cunningham (2022), nos demais artigos coletados, não há uma análise sobre corpos e subjetividades ontologicamente fraturados (Rossadale, 2015).

O trabalho daquele autor elucidado como uma análise queer permite ir além de um debate que visa apenas redesenhar as linhas divisórias, presentes nos discursos de segurança ontológica, que separam o “eu” do “outro”, a comunidade interna da externa. O propósito não é substituir uma forma de organização por outra, ou apenas problematizar a estabilidade ontológica das normas de gênero. Uma análise e uma práxis queer celebra, ao contrário, o corpo que é considerado abjeto e o comportamento visto como desviante, ou seja, tudo aquilo que não se conforma com as normas e a ordem dominante. Uma epistemologia queer abandona as divisões que definem o que é considerado ameaçador. Demonstra que não é possível categorizar os corpos e os comportamentos.

Assim, não obstante as contribuições, conclui-se que há muito o que avançar nos estudos sobre “segurança do ser”. Para além da questão de gênero e sexualidade, há que se debater amplamente como a interseccionalidade dos marcadores de raça, etnia, classe social, entre outros que tensionam o processo de categorização dos sujeitos e a busca por estabelecer fronteiras de pertencimento, ideias presente no conceito de “(in)segurança ontológica”. É importante o diálogo com perspectivas não só como a dos estudos queer, mas, também, aquelas dos estudos decoloniais, que trazem para a análise a realidade dos corpos e subjetividades fraturadas, que, além de serem abjetos por causa de seu gênero e sexualidade, são silenciados ou excluídos em decorrência de uma estrutura colonial.

REFERÊNCIAS

AGIUS, Christine. Weak, immoral, naïve: Gendered representations of neutrality and the emotional politics of peace and security. **Cooperation and Conflict**, v. 59, n. 2, p. 266-289, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00108367231198786>. Acesso em: 8 mar. 2024.

ARMSTRONG, Megan A. Why is the zombie apocalypse so terrible for women? Gender, militarism, and ontological insecurity at the end of the world. **International Feminist Journal of Politics**, v. 25, n. 5, p. 801-818, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2023.2208140>. Acesso em: 8 mar. 2024.

BEHERA, Navnita C.; HINDS, Kristina; TICKNER, Arlene B. Making amends: Towards an antiracist critical security studies and international relations. **Security dialogue**, v. 52, n. 1, p. 8-16, 2021. <https://doi.org/10.1177/09670106211024407>

CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. University of Minnesota Press, 1992.

CARTER, K. R. Should international relations consider rape a weapon of war? **Politics & Gender**, v. 6, n. 3, p. 343-371, 2010. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/should-international-relations-consider-rape-a-weapon-of-war/58CF58B4CF64393590D87683F3A60A27>. Acesso em: 8 mar. 2024.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1–5, 2015. DOI: 10.18568/1980-4865.1021-5.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0891243205278639?casa_token=Yvv47ekwnUsAAAA:k_ivUdN4rThm6OMCC1tiemt4T3JRipF7yCRoXzDBNxOcCNQTHx8hwWye2eCRT3hR956Dlw1aeJI&casa_token=ENvwixJdxwQAAAAA:5LKJuqkogHnZKk41_nGHKyY79saOYdBRVISO8KxbUYp-3aUmEoMiSWaoH7PGou51J1z3LEXXqDhI. Acesso em: 12 mar. 2024.

COOPER-CUNNINGHAM, Dean. Security, sexuality, and the Gay Clown Putin meme: Queer theory and international responses to Russian political homophobia. **Security Dialogue**, v. 53, n. 4, p. 302-323, 2022. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09670106211055308?casa_token=9cAoY6jOdMQAAAA%3A38uFMbDuOiBu6kbqv6ID_4EICnv6hWEXh7GTBMF207V8yQD53lpzEtL13NCwn8jC29EWUqQY5IDM. Acesso em: 10 mar. 2023.

GAWEDA, Barbara. The gendered discourses of illiberal demographic policy in Poland and in Russia. **Politics and Governance**, v. 10, n. 4, p. 49-60, 2022. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/5516>. Acesso em: 8 mar. 2024.

GENTRY, Caron E. The politics of hope: privilege, despair and political theology. **International Affairs**, v. 96, n. 2, p. 365-382, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/96/2/365/5775701?login=false>. Acesso em: 10 mar. 2024.

HANSEN, Emil S. Post-colonial gaslighting and Greenlandic independence: When ontological insecurity sustains hierarchy. **Cooperation and Conflict**, v. 58, n. 4, p. 460-484, 2023. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00108367231163816?casa_token=SncYwegRpDQAAAA%3AS1qOnkb1tDx29aAZR6EN5sEVbG8q1mVeA74tGial8gQZi5BBW36dsFsr2x7Fqu_TNtEWb5INxnOu. Acesso em: 12 mar. 2024.

INNES, Alexandria J. Performing security absent the state: Encounters with a failed asylum seeker in the UK. **Security Dialogue**, v. 45, n. 6, p. 565-581, 2014. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0967010614540026?casa_token=H2JYXIHxajAAAA%3AfiBjvp5k_KiWBZ5EsqUrRXOTo7CczV5dUNow3s4Z-p4BkXNbQQtP8fVZ3j2c8gfPFjrx68uJxLU. Acesso em: 12 mar. 2024.

JARVIS, Lee. Toward a vernacular security studies: Origins, interlocutors, contributions, and challenges. **International Studies Review**, v. 21, n. 1, p. 107-126, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/isr/article-abstract/21/1/107/4969399?login=false>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KINNVALL, Catarina. Borders and Fear: Insecurity, Gender and the Far Right in Europe. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 23, n. 4, p. 514–529, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14782804.2015.1056115>.

KINNVALL, Catarina. Feeling ontologically (in) secure: States, traumas and the governing of gendered space. **Cooperation and Conflict**, v. 52, n. 1, p. 90-108, 2017. Disponível em:

https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0010836716641137?casa_token=PEltBTqjSZUAAAAA%3Ax7VCJ3QQIshmj_pgFv79nIVVUYx3RuKWpZLi5kz8LzOPRvR7e5ZvSI0rfTkglDN0K2TjYjF5KSGi. Acesso em: 8 mar. 2024.

KOHLI, Ravi K.; KAUKKO, Mervi. The management of time and waiting by unaccompanied asylum-seeking girls in Finland. **Journal of Refugee Studies**, v. 31, n. 4, p. 488-506, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/31/4/488/4708255?login=false>. Acesso em: 8 mar. 2024.

LETOURNEAU, A.; DAVIDSON, D.; KARSGAARD, C.; IVANOVA, D. Proud fathers and fossil fuels: gendered identities and climate obstruction. **Environmental Politics**, v. 33, n. 4, p. 678-698, 2024. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09644016.2023.2274271?casa_token=0xTLn1XDgqsAAAAA:D4sYYNCOi-kd32Wu1y-gKdWrp5qRrJkBlqrkVhtWRunVcGs1vDYOeKceZR469LploJridJYhofJ. Acesso em: 12 mar. 2024.

LINDERS, Nik; DUDINK, Stefan; SPIERINGS, Niels. Masculinity and sexuality in populist radical right leadership. **Politics & Gender**, v. 19, n. 3, p. 653-674, 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/masculinity-and-sexuality-in-populist-radical-right-leadership/DA61F2017825D88B74C8D6F5A82ABB19>. Acesso em: 8 mar. 2024.

MILLAR, Katharine M. The plural of soldier is not troops: The politics of groups in legitimating militaristic violence. **Security dialogue**, v. 50, n. 3, p. 201-219, 2019. <https://doi.org/10.1177/0967010619836337>

MITZEN, Jennifer. Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. **European Journal of International Relations**, v. 12, n. 3, p. 341-370, 2006. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066106067346?casa_token=OY5vCD6aa94AAAAA:amkH1YeKPbGqHphE99vhDk_CyzKpL0zeP_hN6G72K13MAsZhBTOZGye6FyulBBLt5RBRbpb03z2U. Acesso em: 8 mar. 2024.

MONAGHAN, Lee F.; ROBERTSON, Steve. Embodied heterosexual masculinities, part 1: Confluent intimacies, emotions and health. **Sociology Compass**, v. 6, n. 2, p. 134-150, 2012.

PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Ontological security. In: PEOPLES, Columba; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical Security Studies: An Introduction**. 3. ed. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021. p. 66-79.

PETTERSON, V. Spike. Gendered Identities, Ideologies, and Practices in the Context of War and Militarism. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (Ed.). **Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives**. ABC-CLIO, 2010. p. 17-29.

ROSSDALE, Chris. Enclosing critique: the limits of ontological security. **International Political Sociology**, v. 9, n. 4, p. 369-386, 2015. Disponível em: <https://academic.oup.com/ips/article-abstract/9/4/369/1795021?login=false>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SJOBERG, Laura. **Gender and International Security: Feminist Perspectives**. Nova York: Routledge, 2010.

SJOBBERG, Laura; VIA, Sandra (Ed.). **Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives**. ABC-CLIO, 2010.

THEIDON, Kimberly. Reconstructing masculinities: The disarmament, demobilization, and reintegration of former combatants in Colombia. **Human Rights Quarterly**, v. 31, n. 1, p. 1-34, 2009. Disponível em:

https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/hurg31&div=4&g_sent=1&casa_token=qcKa1sqGioQAAAAA:JLW122sm6nS8mv6roMlByl4XNyCAs6fK19u1wSFyJFPh5-6T4rweUhXcEtuMHK7JcB5J1PRSEbA&collection=journals. Acesso em: 10 jun. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

TORRACO, Richard J. Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples.

Human Resource Development Review, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005. Disponível em:

https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1534484305278283?casa_token=PWCupEDWxqkAAAAA:k4I4BZlu4dLB30uVMpPXTmM7QjlttEcav5i1be-NEebOxysZ96Kupp-lj_H2TVAJwUNtcyt-4N6K&casa_token=q7xuJ3663wAAAAA:DsQxZPBPAk9UvBiBVk8KavxArgKTKMY1BbT_clqDhdnNNBioHnYYaCWWQIIUWjXzRKMTdr6zyW. Acesso em: 5 jun. 2024.

TOWNS, Ann. Paradoxes of (in) equality: Something is rotten in the gender equal state of Sweden. **Cooperation and Conflict**, v. 37, n. 2, p. 157-179, 2002. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010836702037002975>.

WEBER, Cynthia. Why is there no queer international theory? **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 1, p. 27-51, 2015. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1354066114524236>. Acesso em: 15 set. 2023.

WILCOX, Lauren. Gendering the cult of the offensive. In: SJOBBERG, Laura. **Gender and International Security: Feminist Perspectives**. Routledge, 2009. p. 61-82.

ZUPIC, Ivan; ČATER, Tomaž. Bibliometric methods in management and organization.

Organizational research methods, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.

<https://doi.org/10.1177/1094428114562629>